

#### **4.5 CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL**

Objetivando possibilitar o preenchimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto, foi constituída por ato do Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Dr. João Carneiro de Ulhôa, Comissão Examinadora presidida pelo Procurador de Justiça José Dilermando Meireles, secretariada pelo Promotor de Justiça João Alberto Ramos e integrada pelos seguintes membros:

Procurador de Justiça Everards Mota e Matos — Direito Penal;

Procurador de Justiça José Dilermando Meireles — Direito Civil;

Procuradora de Justiça Marluce Aparecida Barbosa Lima — Direito Processual Penal;

Procurador de Justiça Helênio Rizzo — Direito Processual Civil;

Procurador de Justiça José de Nicodemos Alves Ramos — Direito Constitucional;

Procurador de Justiça Bernardino de Sousa e Silva — Direito Administrativo;

Advogado Milton de Melo (indicado pela OAB/DF) — Direito Comercial.

Apresentamos, a seguir, as questões das provas escritas e a relação dos candidatos nelas aprovados.

#### **PROVA DE DIREITO PENAL**

##### **DISSERTAÇÃO**

O candidato deverá demonstrar o «princípio da culpabilidade», na sua aceção normativa, ou seja, despida do juízo psicológico (dolo ou culpa).

Para tanto, deverá, objetivamente, expor seus conhecimentos sobre os seguintes aspectos do tema:

- Culpabilidade:** 1. atual entendimento — alcance — e elementos (exclusive a imputabilidade por entendida como seu pressuposto);
2. incidência do princípio nos crimes qualificados pelo resultado, no Erro de Proibição e na Coação Moral Irresistível.

#### QUESTÕES OBJETIVAS

1.<sup>a</sup> Estabeleça a distinção entre o Erro de Tipo e o Crime Impossível.

2.<sup>a</sup> Por que a Prescrição de que trata o art. 110, §§ 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup>, do Código Penal, na atual redação da Lei n.<sup>o</sup> 7.209/84, é, hoje, considerada como sendo da pretensão punitiva (da ação) e não, como antes, da pretensão executória?

3.<sup>a</sup> Ao trafegar imprudentemente pelas ruas da Invasão do Paranoá, um motorista de ônibus atropelou, fatalmente, uma criança. Condenado por homicídio culposo, a sentença deixou de considerar a circunstância agravante prevista no art. 61, II, alínea «h» do Código Penal. Contra este aspecto da sentença o Promotor de Justiça recorreu. Assiste-lhe razão? Por quê?

4.<sup>a</sup> Tem-se entendido que não incide a qualificadora do inciso I, § 4.<sup>o</sup>, do art. 155 do Código Penal, quando, para o furto de automóvel, o agente delituoso força e rompe o quebra-vento do veículo. Qual a razão desse entendimento?

5.<sup>a</sup> O açougueiro A foi acusado de vender o quilo de alcatra por CZ\$ 35,00, quando o tabelamento da SUNAB estabelecia o preço de CZ\$ 31,10. Trinta dias depois, antes do julgamento da ação penal instaurada, nova portaria da SUNAB fixou o valor do quilo dessa carne em CZ\$ 36,00. Há retroatividade do complemento integrador da lei para abolir o crime? Por quê?

6.<sup>a</sup> Quando diversas pessoas se dirigiam para apostar no «jogo do bicho», a polícia, no local, prendeu-as em flagrante, impedindo a consumação. Qual a situação jurídico-penal dos autuados?

#### PROVA DE DIREITO CIVIL

##### PRIMEIRA PARTE:

Questão «A» — Indicar e conceituar os processos científicos de integração da norma jurídica.  
(1 ponto)

- Questão «B» — Enumerar os pressupostos básicos para a concessão de pensão alimentícia. (1 ponto)
- Questão «C» — Qual a natureza jurídica da presunção decorrente da constituição do direito real pelo registro do título em que se fundamenta? (1 ponto)
- Questão «D» — O direito de propriedade está sujeito à prescrição extintiva conseqüente da inação do proprietário? (1 ponto)
- Questão «E» — Tem o adquirente em hasta pública direito de pedir abatimento no preço da coisa que ostente vício ou defeito que lhe diminua o valor? (1 ponto)

## SEGUNDA PARTE

Questão «A» — Ana deixou cair da janela do apartamento em que reside, no 5º andar de um prédio, um vaso de flores, que atingiu o carro de Paula, estacionado em cima do gramado, sob sua janela. Paula propôs contra Ana ação de reparação de danos sem, contudo, comprovar a culpa da ré. Opine o candidato sobre o mérito da pretensão de Paula. (2 pontos)

Questão «B» — João e Maria, em processo de separação judicial do seu casamento, convencionaram a venda do patrimônio comum do casal, composto de um apartamento residencial, para posterior partilha do produto da venda. Ocorreu que, transitada em julgado a sentença do desquite, em que se homologou também a convenção, e encontrado comprador para o imóvel, Maria negou-se a dar o seu consentimento para a efetivação da venda. Foi daí que João ajuizou contra ela ação de suprimento de outorga uxória, com base na convenção homologada no desquite, a fim de vender o apartamento e dividir o seu preço. Maria constestou a ação, dizendo que se arrependera da venda, convencionada e que a ela não se aplicam as disposições do art. 237 do Código Civil. Pediu, por isso, a improcedência da ação. (3 pontos)

O candidato deverá emitir parecer fundamentado sobre a pretensão de João.

## PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª Questão — Conceitue o princípio da indivisibilidade da ação penal e mencione sua aplicação e conseqüências no Direito Processual Penal. (1 ponto)

- 2.<sup>a</sup> Questão — É possível efetuar-se a prisão em flagrante nos crimes de ação privada e nos crimes de ação pública condicionada? (Resposta fundamentada)  
(1 ponto)
- 3.<sup>a</sup> Questão — No Processo Penal, é nulo o exame de corpo de delito realizado por um só perito oficial? (Resposta fundamentada)  
(1 ponto)
- 4.<sup>a</sup> Questão — Aplica-se o disposto no art. 520 do Código de Processo Penal aos processos por crime contra a honra de funcionário público, no exercício de suas funções? (Resposta fundamentada)  
(1 ponto)
- 5.<sup>a</sup> Questão — É cabível a reforma da sentença, pela instância de segundo grau, para diminuir a pena aplicada, se a apelação foi apenas do Ministério Público e com o objetivo de obter a exasperação da reprimenda? (Resposta fundamentada)  
(1 ponto)
- 6.<sup>a</sup> Questão — Intimado o réu preso da sentença de pronúncia, por homicídio qualificado, dela não recorreu. Trinta dias após, foram os autos encaminhados ao Defensor Público para contrariar o libelo. Nesta oportunidade, tomou ele ciência da pronúncia e julgou conveniente ao interesse do réu a interposição do recurso próprio, só não o fazendo porque entendeu esgotado o prazo recursal. Comente o acerto, ou não, do ponto de vista do Dr. Defensor.  
(1 ponto)
- 7.<sup>a</sup> Questão — Abdon da Silva e José Abdias, no dia 21 de setembro de 1985, por volta das 2:00 horas, na Avenida W-3 Sul, tomaram o táxi, placa 4777-DF, dirigido por seu proprietário, José de tal, rumo ao Guará e Taguatinga e, na via estrutural, anunciaram tratar-se de um assalto, utilizando-se o primeiro de um revólver, calibre 38, e o segundo, de uma faca. Parado o veículo, Abdon da Silva tomou sua direção, tendo a vítima sido deixada no cerrado, e dirigindo-se os assaltantes para Taguatinga, onde venderam o veículo a João Marcolino.  
(1 ponto)
- Concluído o inquérito policial, foi distribuído à 8.<sup>a</sup> Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Brasília, e o MM. Juiz, atendendo à representação do Dr. Delegado de Polícia, decretou a prisão preventiva dos indiciados.
- Com vista dos autos, o Dr. Promotor de Justiça requereu fossem remetidos ao Juízo Criminal da

Circunscrição Judiciária de Taguatinga, entendo-o competente para processar e julgar o feito.

Comente o acerto, ou não, do requerimento do Dr. Promotor.

8ª Questão — Razões de Apelação. Examine o caso abaixo:  
(3 pontos)

Nos autos da ação penal movida pela Justiça Pública contra José de tal, foi proferida sentença condenatória, cujo relatório é o seguinte:

«O Dr. Promotor de Justiça ofereceu denúncia contra José de tal, brasileiro, solteiro, electricista, nascido aos 27-3-64, dando-o como incurso nas sanções do art. 217, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Narra a peça inicial que, no dia 2 de março de 1985, por volta das 18:00 horas, o denunciado, aproveitando-se da inexperiência da menor Doralice Maria José, levou-a em veículo até as imediações do Hospital Regional de Brazlândia, numa estrada deserta, onde com ela tentou manter relações sexuais, quando notou tratar-se de mulher virgem. Ato contínuo, após a certeza da virgindade da menor, não concluiu o ato, levando-a de volta à sua residência, tudo conforme declarações de fls.

Citado, o réu foi interrogado aos 4 dias do mês de abril de 1985, oportunidade em que admitiu, em parte, os fatos narrados na denúncia.

Por ocasião da defesa prévia, o Dr. Defensor alegou a nulidade do processo, por falta de nomeação de curador ao réu, durante o interrogatório em Juízo, visto tratar-se de menor de 21 anos, à época do crime (fls. ...).

Em audiência, foram ouvidas a ofendida, sua representante legal e mais três testemunhas (fls. ....).

Na oportunidade do art. 499, as partes nada requereram (fls. ....).

Em alegações finais, a Promotoria Pública requereu a improcedência da denúncia, face ao laudo pericial que afirma a virgindade da menor Doralice Maria José (fls. ...).

A Defesa reiterou, em preliminar, o pedido de nulidade do processo e, no mérito, endossou as razões da Promotoria Pública, pedindo a improcedência da denúncia (fls. ....).

É o relatório.»

O MM. Juiz, após rejeitar a preliminar de nulidade, porque presente ao interrogatório o Dr. Defensor constituído, ao fundamento de que, no caso em julgamento, presentes se achavam os requisitos da

inexperiência da menor Doralice Maria José e de sua justificável confiança em relação ao namorado, e considerando que, pelas declarações da ofendida, restou claro que o réu praticara com ela atos libidinosos, somente não chegando à ruptura do hímen; no mais, presentes todos os elementos do crime de sedução, julgou procedente a denúncia, constando do dispositivo do decisório:

«Isto posto, julgo procedente a denúncia para condenar o réu José de tal por crime consumado e, tendo em vista as circunstâncias do art. 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base em dois anos e meio de reclusão, diminuindo-a de três meses face à atenuante do art. 65, inciso I, do mesmo Estatuto, tornando-a definitiva em dois (2) anos e três (3) meses de reclusão, a ser cumprida, desde o início, em regime aberto.

Expeça-se mandado de prisão.

Lance o nome do réu no rol dos culpados.»

Inconformado, apelou José de tal, em tempo hábil.

Elabore o candidato as razões da apelação, pretendendo a nulidade ou reforma da sentença condenatória.

## PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### DISSERTAÇÃO

Ministério Público — sua origem — definição — poder — prerrogativas — garantias e intervenção no processo civil. (Mínimo de 15 linhas) — (3 pontos).

#### QUESTÕES:

- 1.ª) É obrigatória a intervenção do órgão do Ministério Público em ação de indenização proposta pelos pais do menor que morre em parque público, vítima de choque elétrico causado por fiação subterrânea?
- 2.ª) Associação Amazonense Ltda. propôs contra a Companhia de Madeiras Nacional S/A ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, no fórum de Manaus-AM. A ação em tela, após citação dos representantes legais e atempadamente contestada, foi pelo juiz, com a observação contida no § 1º do art. 267 do CPC, julgado extinto o processo, com fundamento no citado artigo 267, III, na alegação de que a parte autora deixou de promover, por prazo superior a trinta (30) dias, diligência que havia sido determinada no sentido de indicar assistente técnico para participação de uma perícia. Podia?
- 3.ª) Como se classificam os prazos?

- 4.<sup>a</sup>) Têm direito a mulher e filhos à indenização pela morte do marido e pai, respectivamente, que faleceu, vítima de acidente automobilístico juntamente com o motorista, quando de carona em carro oficial?
- 5.<sup>a</sup>) Qual a inovação implantada pelo legislador, no início desta década, visando a simplificar o processamento em autos de herança?
- 6.<sup>a</sup>) Qual a exigência indispensável em processo de habilitação de casamento, para que o alienígena divorciado em seu país possa casar-se com brasileira solteira, divorciada ou viúva?
- 7.<sup>a</sup>) Construtora Cruzeiro Ltda. requereu, perante a Vara de Registros Públicos, Falências e Concordatas de Brasília, processo de CONCORDATA, onde se comprometia a pagar 50% (cincoenta por cento) de seus débitos em seis (6) meses e o restante após mais seis (6) meses, totalizando um ano. A primeira parcela foi paga normalmente, cujo período se deu em 31-1-986. Vencido o prazo final, ou seja, em 31-7-986 para pagar o restante da dívida que consignava na antiga moeda Cruzeiro (Cr\$), fez, com aceitação do juiz, o depósito convertido na nova moeda CRUZADO (Cz\$), adotada pelo Governo em 27-2-986. Contra os depósitos se insurgiram os credores, apelando para o Tribunal.

Pergunta-se: com quem o direito, da concordatária ou dos credores?

(Responder circunstanciadamente, fundamentado).

Obs.: Cada questão vale 1 ponto.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

**Primeira Questão:** Controle jurisdicional: exceções constitucionais à cláusula geral de competência (Dissertação).

**Segunda Questão:** Funcionando a Assembléia Constituinte, concomitantemente com o Congresso Nacional, antes de adotada a Nova Carta, a quem cabe o poder de emenda?

- a) À Assembléia Nacional?
- b) Ao Congresso Paralelo?
- c) Ao Presidente da República?

**Terceira Questão:** a) O que é «impeachment»? Qual a sua natureza jurídica?

- b) Quando ocorre lesão ao princípio isonômico?
- c) Cabe mandado de segurança contra lei em tese?

Obs.: Respostas Fundamentadas.

## PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1.<sup>a</sup> Questão — Um motorista, funcionário público federal, em serviço externo, colide culposamente com um carro particular.

Do acidente, somente resultaram danos materiais. A vítima, proprietária do carro particular, aciona diretamente o motorista em Vara Cível.

## PERGUNTAS:

- a) O particular poderia acionar diretamente o motorista?
- b) No caso de dever acionar a Fazenda Pública, teria que ser evidenciada, antes, a culpa do motorista?
- c) É competente o Juízo Cível?
- d) Poderia o particular acionar o órgão a que o servidor pertence? (valor: 1 ponto).

2.<sup>a</sup> Questão — José Pedro, proprietário de um estabelecimento comercial, situado na Rua 7 de Abril, em São Paulo, moveu ação de indenização contra a Prefeitura dessa cidade, pelo fato de, num determinado dia, ter sido seu estabelecimento apedrejado por populares manifestantes.

## PERGUNTA:

A pessoa pública responde civilmente por danos causados por multidão? (valor: 1 ponto)

3.<sup>a</sup> Questão — Cabe a caducidade de um decreto expropriatório? (Valor: 1 ponto)

4.<sup>a</sup> Questão — O ato expropriatório é um ato administrativo discricionário? (Valor: 1 ponto)

5.<sup>a</sup> Questão — Que são terrenos de marinha? (Valor: 1 ponto)

6.<sup>a</sup> Questão — Quem é o titular do salário-família? Poderá ele ser pago após a morte do funcionário? (Valor: 1 ponto)

7.<sup>a</sup> Questão — As coisas tombadas permanecem no domínio e posse (Valor: 1 ponto) dos proprietários?

8.<sup>a</sup> Questão — Dissertação: Explicar as espécies de uso de bens (Valor: 3 pontos) públicos pelos particulares.

## PROVA DE DIREITO COMERCIAL

Questão 1 — **A**, comerciante, efetuou duas compras de mercadoria na **Fábrica B**. Esta emitiu as faturas n.º 2.830 e 2.831, respectivamente. O fabricante, por economia e utilizando-se do procedimento de desburocratização, emitiu uma única duplicata, correspondente àquelas faturas, com o n.º 2.830-A.

Assinale, com X a(s) resposta(s) que considere certa(s):

( ) o procedimento está correto.

( ) o n.º da duplicata deve ser composto dos 2 n.ºs das faturas correspondentes, por exigência contábil e fiscal.

( ) nenhuma das respostas acima.

Justificar a escolha, indicando a legislação.

Questão 2 — Pode o preso ser comerciante? Por quê?

Questão 3 — **A** e **B** são credores, em partes iguais, de **C**, e contra este emitem uma letra de câmbio. Em transação paralela, **A**, endossa, em favor de **B**, os seus 50%, a que tinha direito na referida cambial. Ao ser acionado judicialmente, **C** contesta a execução, sob o fundamento da existência de irregularidade insanável, que, processualmente, impede o andamento do feito.

Pergunta-se: tem procedência a contestação? Fundamente.

Questão 4 — **A**, pequeno comerciante, teve requerida, em agosto de 1986, a sua falência, cuja ação foi ajuizada, com base no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 7.661/45 (Lei de Falências), e consubstanciada num cheque, de sua emissão, e não pago, datado de janeiro deste mesmo ano. Contestada, acertada e convenientemente, a ação, citando a legislação que dá respaldo à peça contestatória, o Julgador abriu vista à Promotoria Pública, para se pronunciar. Dê a quota do MP, acolhendo, ou não, as razões do comerciante.

Questão 5 — Assinale com X a(s) resposta(s) que considere certa(s):

O cheque é um título cambial:

( ) autônomo

( ) dependente da operação de que se originou

( ) nenhuma das respostas acima

Indique o fundamento legal

- Questão 6 — Em que hipótese pode o cruzamento especial (cheque) ser convertido em cruzamento geral? Justificar.
- Questão 7 — A, condenado por crime de apropriação indébita, requereu concordata, receando que os títulos, de sua emissão, recentemente protestados, pudessem criar-lhe dificuldade no seu crédito. Ao decidir o pedido, o Julgador indeferiu-o, com base no parecer do MP. Reproduza o parecer, indicando os fundamentos legais.
- Questão 8 — Em que hipótese pode ser cancelado o aceite firmado na letra de câmbio? Justifique.
- Questão 9 — Para os efeitos de execução, e penais, o que ocorre com o cheque pré-datado que não é pago no vencimento contratado? Justifique?
- Questão 10 — Em que circunstância(s) pode a prova testemunhal ser admitida contra e além do conteúdo no instrumento do contrato social? Citar a legislação.
- Obs.: cada questão vale 1 (um) ponto.

### RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS

Clas.	Insc.	Nome	Notas por Matéria							Média
			DP	DC	DPP	DPC	DCI	DA	DCm	
1º	473	Deborah Macedo D. de B. Pereira	9,75	7,70	8,00	6,00	7,00	8,61	8,00	7,86
2º	893	Paulo Gustavo G. Branco	9,50	6,00	6,75	7,00	6,50	8,51	7,50	7,39
3º	068	Carlos Augusto de A. Dutra	7,25	8,00	5,50	9,00	6,50	7,04	6,50	7,11
4º	200	Ana Maria D. A. Britto	8,75	5,00	6,00	6,00	7,00	8,08	8,50	7,04
5º	027	Jair Oliveira Soares	9,25	6,00	6,25	5,80	5,50	7,77	8,50	7,01
6º	249	Angelo Canducci Passareli	9,00	7,10	6,00	5,80	7,00	6,36	7,50	6,96
7º	103	Maria Aparecida D. Barbosa	7,00	7,00	6,50	5,30	5,50	8,44	9,00	6,96
8º	063	Heloisa Maria M. R. Pires	9,25	7,00	5,00	6,50	5,00	7,46	8,00	6,88
9º	454	Sandra de Santis M. F. Mello	9,75	7,00	5,25	6,00	5,50	7,04	7,00	6,79
10º	805	Gisela de Castro Chamoun	7,50	7,50	5,00	6,00	5,00	7,93	8,00	6,70
11º	358	Lia Celi Fanuck	6,25	7,80	5,00	6,00	6,00	7,41	7,50	6,56
12º	897	Petrônio Calmon A. C. Filho	7,50	5,00	5,25	5,50	5,50	8,63	8,50	6,55
13º	444	Rogério Schietti M. Cruz	7,75	5,00	5,25	7,00	5,50	7,55	5,00	6,15
14º	069	Milton Alves Souza	5,00	5,00	5,00	5,04	5,00	7,31	9,50	5,97
15º	477	José Carlos Souza e Ávila	6,75	6,00	5,00	5,30	5,00	6,49	7,00	5,93
16º	717	Maria Anaides do V. Siqueira	6,50	6,20	5,00	6,00	5,00	5,31	7,00	5,85
17º	730	Mário Perez de Araújo	5,25	5,00	5,25	5,50	5,00	7,80	7,00	5,82
18º	421	Lucídio Bandeira Dourado	5,00	5,00	6,75	6,30	5,00	5,06	7,00	5,73
19º	241	Olinda Elizabeth C. Gonçalves	6,50	5,00	5,00	6,50	5,00	5,04	6,00	5,57
20º	096	Maria Beatriz F. G. Parrilha	6,50	5,00	5,00	5,00	5,00	6,75	5,50	5,53

Obs.: 1 — Para o desempate entre os candidatos de inscrições nº 249 e 103 foi aplicado o critério previsto no § 2º do artigo 44 do Regulamento do Concurso.

- 2 — Os candidatos constantes do presente mapa deverão requerer a inscrição definitiva no prazo de 20 (vinte) dias, a contar desta publicação, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Concurso.
- 3 — Os títulos demonstrativos da capacidade jurídica do candidato, assim considerados os mencionados no artigo 20 do Regulamento, deverão ser apresentados com o requerimento de inscrição definitiva.

**Brasília-DF, 29 de outubro de 1986 — José Dilermundo Meireles,  
Presidente da Comissão.**

**LEGENDA:**

- DP** = Direito Penal
- DC** = Direito Civil
- DPP** = Direito Processual Penal
- DPC** = Direito Processual Civil
- DCt** = Direito Constitucional
- DA** = Direito Administrativo
- DCm** = Direito Comercial